

- 6 FEV 1995

Franklin  
Martins

O GLOBO



## Legislar de novo

O deputado Luís Eduardo e o senador José Sarney, novos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, têm uma difícil tarefa pela frente: recuperar a credibilidade do Congresso, abaladíssima depois de quatro anos de sucessivos escândalos.

Primeiro, foi a descoberta de que o mandato de um deputado acobertava narcotraficantes. Depois, veio à tona que boa parte da cúpula do Congresso estava comprometida com a roubalheira da Comissão de Orçamento. Para arrematar, parlamentares foram flagrados vendendo seus passes a partidos de ocasião em troca de envelopes cheios de dólares.

Um coquetel de escândalos como esse deveria preocupar o Legislativo. Para nossos deputados e senadores, porém, desgraça pouca é bobagem. Perdido por um, perdido por mil. Resolveram que seu ano salarial passaria a ser composto de 15 contracheques, cada um deles em torno de R\$ 8.000. Depois dessa loucura, o prestígio do Congresso beijou a lona.

Luís Eduardo e Sarney parecem estar conscientes da gravidade da situação. Assumiram seus cargos prometendo reformas profundas no Legislativo, com discursos voltados para a opinião pública e não para seus pares. Há dois anos, a campanha de Inocêncio de Oliveira e Humberto Lucena para as presidências da Câmara e do Senado teve outro tom. É um bom sinal.

O que não se sabe é se será um sinal suficiente. Muitos deputados e senadores sérios, de diferentes partidos, desejam reagir ao domínio daqueles que acham que o importante é levar vantagem. Mas é necessário que os presidentes das duas Casas dêem o toque de reunir.

A Câmara e o Senado precisam voltar a ser Casas que fazem leis. Durante a ditadura militar, o Executivo usurpou essa função. Em troca, ofereceu as benesses das nomeações dos apadrinhados e as alegrias das mordomias. O que o Congresso perdeu em espírito, ganhou em matéria. Sua importância política desceu ladeira abaixo, mas se levantaram centenas de gabinetes e se contrataram milhares de assessores. Uma casta de poderosíssimos funcionários, semelhantes aos mandarins chineses, to-

mou conta da Casa — até hoje não largou o osso. Foi o tempo dos decretos-leis, mas foi também o tempo da construção dos anexos e da multiplicação de funcionários.

Esperava-se que a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 pusessem as coisas em seus devidos lugares. Mas, como o uso do cachimbo faz a boca torta, o Palácio do Planalto não quis abrir mão da faculdade de legislar que surrupiara do Legislativo. Surgiram as medidas provisórias. Mudou-se a forma, mantendo-se a essência da usurpação. O Congresso, por seu lado, acostumado a viver sem alma mas com mordomias, não tugi nem mugiu. Experimentassem mexer com a construção das novas alas do Senado, com o andamento das obras do espaço cultural e do auditório subterrâneo da Câmara, ou com a autonomia do Congresso para fixar as gratificações dos seus funcionários, e veriam com quantos paus se faz uma canoa. Mas, como se limitaram a tolher o poder de legislar do Poder Legislativo, aos olhos da maioria de nossos parlamentares, não pareceu amputação tão grave.

A partir daí, traçou-se um círculo vicioso. Como o Congresso não fazia leis, quem foi para lá pensando em legislar ficou sem ter o que fazer. Quem chegou com outras intenções, criou asas e logo alçou vôo. Muitos, perdidos no meio da confusão, não souberam como exercer seus mandatos. O desinteresse cresceu, o quorum caiu e as matérias mais corriqueiras foram se acumulando na pauta. Diante do descalabro, o Palácio do Planalto aumentou ainda mais seu furor legisferante e o Congresso foi se desmoralizando cada vez mais.

Luís Eduardo está prestes a completar 40 anos. É jovem e sonha com o Governo da Bahia em 1999. Sarney já ocupou todos os cargos que poderiam compor sua biografia política, mas, talvez porque não tenha chegado ao Palácio do Planalto por suas próprias pernas, porém na garupa de Tancredo, parece trazer o impulso de disputar mais uma vez a Presidência da República. A concretização desses projetos dependerá em grande parte do desempenho que tiverem à frente do Congresso.